

ESTADO DE SÃO PAULO

Anex X

Mailson reinterpreta a Carta

BRASÍLIA — O ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, deu ontem outra interpretação ao artigo da nova Constituição que estabelece a competência exclusiva do Congresso para "resolver definitivamente questões sobre tratados, acórdos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional".

"A palavra internacional se refere exclusivamente a documentos assinados entre Estados, portanto o texto não se aplica aos compromissos da dívida externa, que são simples operações financeiras com bancos estrangeiros", disse Mailson, depois da cerimônia de promulgação da Constituição.

Se prevalecer a interpretação do ministro, ficará sem efeito a intenção dos constituintes que defenderam a inclusão desse dispositivo. Com o artigo, eles queriam submeter ao Congresso todos os atos relativos à dívida externa, retirando do Executivo o monopólio da decisão sobre o assunto.

Mailson acredita que a única intervenção autorizada ao Congresso, na questão da dívida, é a competência atribuída ao Senado para autorizar pre-



Adalberto Diniz/AE-16/9/88

Mailson: ressalvas

viamente operações financeiras externas. Prevista antes apenas para as operações de Estados e municípios, essa atribuição foi estendida, na nova Constituição, também para as operações da União.

Segundo a interpretação de Mailson, o Senado teria que se manifestar apenas sobre operações futuras, enquanto a intenção dos constituintes era pôr em questão também os acordos passados, como o que foi assina-

do, no final de setembro com os bancos credores privados, em Nova York, reescalando o pagamento da dívida externa brasileira até o ano 2007.

DESPREOCUPADO

O ministro Mailson da Nóbrega elogiou o texto promulgado ontem, ressaltando apenas alguns pontos que considerou "tetrógrados e irrealis". Ele citou, como exemplo, a anistia aos débitos das microempresas e o tabelamento dos juros. Mailson disse que a nova Constituição deverá contribuir para o desenvolvimento econômico e social do País, e não se mostrou preocupado com a transferência de poderes do Executivo para o Legislativo, em matérias econômico-financeiras.

"A experiência mostrou que os decretos-lei nem sempre foram bem usados, e concentraram muito poder nas mãos do presidente da República e dos ministros", disse Mailson. "Devemos reconhecer com humildade que erramos muitas vezes", afirmou o ministro depois de elogiar, particularmente, o capítulo orçamentário da nova Carta. Para Mailson "é o mais moderno entre os países do Terceiro Mundo".